



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

PALOMA RAFAELA DE SOUZA SILVA

**UMA ANÁLISE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA
MUNICIPAL IRINEU SEVERO DE MACEDO, CONFORME
O ART. 14 E 15 DA LDB.**

**SUMÉ - PB
2017**

PALOMA RAFAELA DE SOUZA SILVA

**UMA ANÁLISE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA
MUNICIPAL IRINEU SEVERO DE MACEDO, CONFORME
O ART. 14 E 15 DA LDB.**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. José Irivaldo Alves de Oliveira Silva.

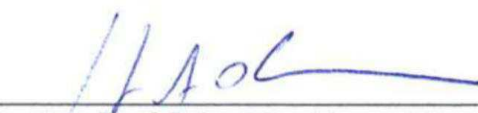
**SUMÉ - PB
2017**

PALOMA RAFAELA DE SOUZA SILVA


**UMA ANÁLISE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL
IRINEU SEVERO DE MACEDO, CONFORME O ART. 14 e 15 DA LDB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Doutor José Irivaldo Alves Oliveira Silva
Orientador – CDSA/UFCG



Prof.ª Mestra Denise Xavier Torres
Examinador 01 – CDSA/UFCG



Prof. Doutor Luiz Antônio Coelho da Silva
Examinador 02 – CDSA/UFCG

RESUMO

O presente artigo apresenta a análise do funcionamento da escola Municipal Irineu Severo no município de Sumé, com esse enfoque tomamos a interpretação do artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos propomos a entender como se organiza a gestão democrática, para isso tratamos do surgimento histórico do que se entende por gestão democrática e da interpretação da Constituição Federal Brasileira no que se refere a abertura democrática na década de 1980, com essa introdução passamos a expor a autonomia do sujeito e das instituições sociais dentro do espaço da escola bem como da responsabilidade diante do serviço público prestado nessa unidade escolar. Tomamos aqui a termo a análise do que se entende como democrático e como republicano, levando em consideração a responsabilidade de ambos os agentes em diversas esferas, para isso os conselhos tais como o a Associação de Pais e mestres e do Conselho escolar como instância dotada de quatro funções específicas que visam orientar e encaminhar as ações deliberadas em conjunto com vistas ao bem comum, por fim nossas considerações levam ao entendimento de quem com essas esferas de atuação a escola tem sim uma atuação democrática, limitada certamente por esferas superiores no que se refere a certos encaminhamentos prefixados, no entanto, as decisões tomadas em conjunto expõem de forma compreensiva o poder que a democracia realiza mesmo em pequenas esferas.

Palavras-chave: Democracia. Gestão escolar. Conselho escolar. Educação. Escola.

ABSTRACT

This article presents the analysis of the operation of the Irineu Severo Municipal School in the municipality of Sumé. With this approach we take the interpretation of article 14 of the Law of Guidelines and Bases of Education, we propose to understand how democratic management is organized. The historical emergence of what is meant by democratic management and the interpretation of the Brazilian Federal Constitution regarding democratic opening in the 1980s, with this introduction we begin to expose the autonomy of the subject and social institutions within the school space as well as the Public service provided in this school unit. We have here concluded the analysis of what is understood as democratic and republican, taking into account the responsibility of both agents in various spheres, for this the councils such as the Association of Parents and teachers and the School Council as a body with four Specific functions that aim to guide and direct deliberate actions together for the common good, finally our considerations lead to the understanding of who with these spheres of action, the school has a democratic performance, limited certainly by higher spheres with regard to Certain prefixed referrals, however, the decisions taken collectively expose in a comprehensive way the power that democracy accomplishes even in small spheres.

Key Words: Democracy. Management. School board. Education; school.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	MECANISMOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A DEMOCRACIA EM NOSSO PAÍS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO.....	10
3	CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR.....	13
4	CONSELHO ESCOLAR.....	15
5	COLEGIADO DE PAIS E PROFESSORES.....	18
6	METODOLOGIA.....	19
7	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	21
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIAS.....	27
	APÊNDICES.....	29

1 INTRODUÇÃO

A presente análise do funcionamento da gestão democrática na escola Escola Municipal Irineu Severo de Macedo tem o enfoque na percepção da gestão democrática como elemento inovador e benéfico com a finalidade de promover melhorias na tomada de decisão e favorecer um melhor desenvolvimento dos agentes no ambiente escolar. Destacaremos a importância da gestão democrática e a participação da comunidade escolar no que se refere as atividades desenvolvidas durante o ano de 2017 na referida escola. Nossa percepção se dá a partir da análise da LDB/1996 no seu 14º artigo e incisos I e II onde entenda-se como democrático a participação e a organização de atividades e projetos realizados no conjunto do espaço escolar como atividade organizada e desencadeada a partir de uma percepção da interpretação do artigo 14 da LDB/1996; em seus incisos I e II.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Neste 14º artigo da LDB/1996 e tomando como base também outros dispositivos nota-se que a legislação sobre a política educacional brasileira foi construída com mais detalhamento no período de reabertura democrática em países da América Latina décadas de 1980 e 1990 nesse caso específico nos deteremos ao Brasil que em sua Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9.394/96, e também o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 abordam e ensejam o movimento de abertura para a implantação da gestão democrática.

Esta concepção de gestão democrática do ensino público no Brasil foi institucionalizado na Constituição Federal de 1988 – Art. 206, Inciso VI (BRASIL, 2007), considerada uma inovação em termos de legislação tornando-se o primeiro marco legal da democratização da educação.

Os documentos que tratam sobre essa questão apontam para a possibilidade da participação da comunidade escolar como um todo sempre que possível e cada uma dentro de suas competências; no compartilhamento das decisões por meio da atuação em colegiados escolares, podendo haver, dessa forma, uma efetiva participação das decisões sobre os

interesses da escola. Nesse caso a participação dos alunos, pais, professores, técnicos administrativos, secretários e demais, sobretudo, a participação da equipe gestora nas pessoas do(a) gestor(a) e do(a) vice se assim se compuserem a gestão.

Partindo da compreensão de que por democrático se entenda a participação de todos, se faz notar que após nossa análise conjunta com os agentes educacionais e discentes se verificou a existência de um cronograma de atividades para o ano letivo de 2017, atividades estas programadas juntamente com os pais e professores e demais participantes do conselho escolar. Sobre o referido conselho convem explicitar por um breve momento qual a sua função que, enquanto prática social de intervenção de grupos sociais organizados na gestão política do poder, a experiência de conselhos remonta, pelo menos, ao século XIX, com a Comuna de Paris, apontada como uma das primeiras experiências internacionais de autogestão operária por conselhos populares.

Entender a gestão democrática enquanto elemento existente no cotidiano escolar, a partir de canais de diálogo estabelecidos com a comunidade e que procure uma maior legitimação do processo de ensino/aprendizagem para os alunos parece ser algo que se vislumbra hoje em dia, embora saibamos que associado a isso cada vez mais aumentam os discursos que nos colocam em um caminho do entendimento do termo “democrático”.

É nesse sentido, no intuito de melhor explicitar as idéias que iremos trabalhar no decorrer do presente trabalho que abordaremos o significado de alguns conceitos que estão associados ao processo de gestão democrática, os quais ao nosso ver relacionam-se com: o sujeito, a participação, a autonomia, a democracia e a cidadania. Vale salientar que estes termos não concluem em si uma provável explicação do tópico “Gestão Democrática”.

Para entendermos a conquista dessa autonomia no que se refere a gerenciar as unidades escolares no Brasil é importante ressaltar que a Lei de diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), de nº 9.394/96, não só reconhece os estabelecimentos de ensino como espaço legítimo para elaboração do seu projeto político pedagógico como, também, assegura a participação dos profissionais da educação no desenvolvimento dessa tarefa.

A transformação dessa autonomia assegurada pela legislação em uma autonomia construída pelos sujeitos da escola será uma das reflexões que faremos a partir da interpretação da LDB/96. É claro que a construção desse projeto de gestão democrática pela escola não pode ser feita por uma única pessoa ou uma única equipe, mas pelos vários segmentos que dela fazem parte. Também é algo que sofre influências diversas do meio social no qual a escola se insere, de forma que os gestores precisam estar atentos para lidar da

melhor forma possível com os conflitos que aparecerem, porque eles relacionam-se aos interesses dos vários segmentos presentes na instituição.

Sabe-se, entretanto, que, muitas vezes, a proposta curricular incorpora interesses de segmentos específicos, nesse sentido foi importante o diálogo entre os vários atores e indivíduos, ou até mesmo perceber os interesses corporativos de grupos que sempre interagem no ambiente escolar nem que seja nas licitações concorridas para a merenda escolar ou para a escolha do livro didático. Por isso, além de garantir a participação de todos, é necessário assegurar a explicitação, discussão e negociação dos interesses da coletividade nos encontros programados em que ocorrem reunião de colegiados.

Planejar a gestão é o momento de analisar e direcionar os objetivos a que se destina e para isso nomeia-se de estratégicos quando observa-se que há datas previstas e eventos programados no decorrer da gestão percebe-se um interesse de que os agentes públicos e demais atores cooperem no sentido de melhorar a escola em termos de serviço e participação democrática.

Quando se visa melhorar pontos principais apontando para melhoria de áreas específicas da escola. Alguns exemplos de objetivos estratégicos: assegurar o direito do aluno a um ensino de qualidade; conscientizar e exigir que o professor cumpra o seu papel na aprendizagem do aluno; criar e melhorar ambientes de aprendizagem para turmas de alunos sem professor quando esta for a realidade da escola ocasional ou por um período crítico nos casos em que ocorrerem greves a nível municipal e nacional.

Espera-se que na fase de planejamento a equipe gestora e coordenação em consonância com os colegiados, os conselhos escolares devem estar atentos, pois existem obrigações e prazos constitucionais e legais para os governos encaminharem seus projetos às respectivas instâncias legislativas. As reuniões do conselho visam justamente alinhar esse cruzamento de informações. Em meio a tantas atividades burocráticas inclui-se o gerenciamento de pessoal, documentos e recursos financeiros sobre esse aspecto assinala Perrenoud:

[...] administrar os recursos de uma escola é fazer escolhas, ou seja, é tomar decisões coletivamente. Na ausência de projeto comum, uma coletividade utiliza os recursos que tem, esforçando-se, sobretudo, para preservar uma certa equidade na repartição dos recursos. Por essa razão, se não for posta a serviço de um projeto que proponha prioridades, a administração descentralizada dos recursos pode, sem benefício visível, criar tensões difíceis de vivenciar, com sentimentos de arbitrariedade ou de injustiça pouco propícios à cooperação. (PERRENOUD, 2000, p.103)

Salientando outro aspecto sobre o uso e aporte dos recursos financeiros públicos destinados às escolas que são de diferentes tipos. As formas de transferência também são diversas, fazendo com que se percorram trilhas distintas desde a origem até o seu destino final. Quanto a isso podemos perceber nas verbas que chegam a escola, o valor destinado a merenda, a compra de material de uso permanente bem como dos materiais destinados a bens tais como geladeiras e armários.

A equipe gestora precisa ter noção para bem direcionar a execução de quantos e quais são esses recursos e como são transferidos para as escolas tornando o trabalho da gestão mais seguro e consciente. Essa conscientização dos fatos faz com que se possa argumentar com os demais participantes do ambiente escolar. Para entender essas questões temos de acordo com a definição do artigo 211, parágrafos 2º e 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil, a atribuição de que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, enquanto os estados e o Distrito Federal atuarão de forma idêntica nos ensinos fundamental e médio.

Conforme exposto acima a noção de gestão requer um entendimento de rotinas e processos administrativos bem como pedagógicos, isso se dará de forma cada vez mais efetiva se a equipe gestora se dispuser a: empreender medidas participativas reais, compreender a legislação que a rege, efetivar medidas de controle e gerenciamento levando em conta noções de especialistas presentes no próprio quadro funcional e por último garantir de fato a participação de todos os envolvidos na escola nas decisões que forem tomadas.

O processo da gestão democrática decorre portanto de lutas históricas ocorridas nas organizações sociais dos séculos XIX e XX, com isso várias parcelas da sociedade conseguiram se erguer no que se refere a fomentar a discussão e a participação em instâncias democráticas. Nem sempre isso ocupou a agenda dos governos, da sociedade em geral, cabe de certa forma, dentro de suas limitações e alcance à escola como instituição formadora contribuir com sua parcela na compreensão da ideia de democracia.

2 MECANISMOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A DEMOCRACIA EM NOSSO PAÍS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO.

Entender a gestão democrática como elemento existente no cotidiano escolar, a partir de canais estabelecidos com a comunidade e que procure uma maior legitimação do processo de ensino/aprendizagem para os alunos, parece ser algo que se visualiza atualmente embora perceba-se que associado a isso cada vez mais aumentam os discursos que nos colocam em um caminho do entendimento do termo “democrático” sem, no entanto, estabelecer relações com o mesmo. Com o intuito de melhor explicitar as ideias que iremos trabalhar no decorrer do presente trabalho em que abordaremos inicialmente o significado de alguns conceitos que direta ou indiretamente estão associados ao processo de gestão democrática, os quais ao nosso ver relacionam-se com: o sujeito, a participação, a autonomia, a democracia e a cidadania.

É a partir da noção de como o ser humano se instituiu e evoluiu em sua vida segundo várias concepções ou pontos de vista que achamos ser este sujeito o elemento que pode agir no sentido de transformá-la, como também a de outros semelhantes e nesse sentido (MACHADO, 2009, p.34), assim pondera: “O ser humano é capaz de mudar o mundo para melhor, se possível e de mudar a si mesmo para melhorar se necessário”.

No mesmo sentido Silva (2006), em uma visão humanista, mostra o sujeito como um ser de relações, capaz de aprender, mudar e transformar a realidade. E diante dos posicionamentos e reflexões relacionados ao sujeito entendemos que essas ideias tornar-se-ão concretas se o ser humano tiver noção da sua importância enquanto ser participativo na tomada de decisões em seu espaço de convívio social, a isso inclui-se a decisão também política no que se refere à educação.

A educação enquanto produto cultural é parte de uma tradição de valores forjados e mantidos no interior das sociedades, encontra seu papel de organizador dessa mesma sociedade, mas é no indivíduo que ela encontra seu maior desafio de realização, uma vez que, as várias formas apolíticas de se estar no mundo não são de todo consciente, não sabemos até onde as ideias inseridas pela cultura determinam nosso *ethos*, nosso ser encontra-se em constante mudança seja ela de todo compreensível ou não.

Sobre esse fundamental e importante aspecto na formação de si mesmo e de estar atento enquanto sujeito e ator consciente do próprio processo educacional Paulo Freire assinala:

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível. (FREIRE, 1996, p. 58)

Se por um lado o sujeito assume uma importância primordial como fora mostrado, nada relacionado a ele se legitima, se negado lhe for o direito a participação, termo que pode ser entendido desde o simples ato de tomar parte em alguma coisa ou ser consultado sobre algum assunto que lhe diga respeito. Nesse caso em específico quando tratamos de educação a participação vai além de decisões sobre, de que modo ou forma, pode-se gerenciar ações pedagógicas, reside também no fato de; uma vez que na dialogicidade dos fatos, das relações e mais ainda, da interação corpo a corpo com as pessoas a participação envolve portanto toda a pessoa. Logo compreendemos que não bastam instâncias, associações, mecanismos ou várias outras coisas que permitam a interação, ao contrário, significa sim tomar parte e ser parte do ato, da discussão, do que se pensa e se faz na e pela escola.

Seguindo além dessa organização conceitual vale salientar que: no que se refere a destinação de verbas e organização destas no setor escolar assim determinadas no artigo 212 da Constituição Federal a União deve aplicar, anualmente, ao menos 18%, e os estados, o distrito Federal e os municípios, no mínimo 25% da receita proveniente de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

É principalmente desta fonte de arrecadação que provêm os recursos públicos aplicados na educação básica, para assegurar que os recursos destinados à educação fossem distribuídos obedecendo a um critério da equidade dentro de cada estado, do distrito Federal e em cada município, a Constituição Federal também instituiu o Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), posteriormente criado pela Lei nº 9.424/96.

O período de efetivação do FUNDEF decorreria em cerca de dez anos para finalizar o período de vigência (o período previsto para implantação final era o ano de 2006), entrou em seu lugar o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação, criado pela Emenda Constitucional nº 53/06 e instituído pela Lei nº 11.494/07. Vigorando ainda em nossa legislação. Verifica-se que até 1960 falar de democracia no Brasil só era válido em termos formais relacionados à política e mesmo assim com restrições, pois a concepção de democracia como “Soberania Popular” contrariava a lógica capitalista, pois esta, em seu sentido liberal, deveria ser entendida apenas

como um método provido de regras e utilizado para formar governos. Segundo o pensador liberal Schumpeter (1961), a democracia em seu sentido formal é:

é um método, com determinadas regras, utilizado para formar governos. Sendo o povo considerado incompetente para governar, cabe a ele escolher através do voto os seus governantes. Neste sentido é impossível um governo pelo povo, como defendia Rousseau, mas apenas um governo do povo, em outras palavras, escolhido pelo povo (SCHUMPETER, 1961).

Por outro lado, o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), já defendia que o termo democracia, deveria ser entendido como um governo do povo e pelo povo, pois “Esse conjunto de reflexões e de práticas vai além do liberalismo, numa perspectiva claramente democrático-popular” (COUTINHO, 2002, p. 12.).

Essas afirmações sugerem um cuidado, a democracia é compreendida como aquela relação política que necessita de ser constantemente repensada e os valores republicanos tais como o bem comum retomados, o seus agentes sempre conscientes que; não podem imiscuir-se dos cuidados do governo de si e da coisa pública.

A respeito da questão da gestão que se entende como democrática; esta deve obedecer a princípios de participação em várias instancias e tendo a educação como foco principal ou atividade fim a presença dos educadores nas instancias decisórias se colocam como o contraponto no que se refere a dar o caráter essencialmente pedagógico, a própria presença da noção de democracia coloca o professor como agente principal desse processo, portanto não ouvi-lo é vilipendiar o que se entende como atuação democrática. Sobre isso analisemos agora o que afirma o artigo 15 da LDB.

- Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

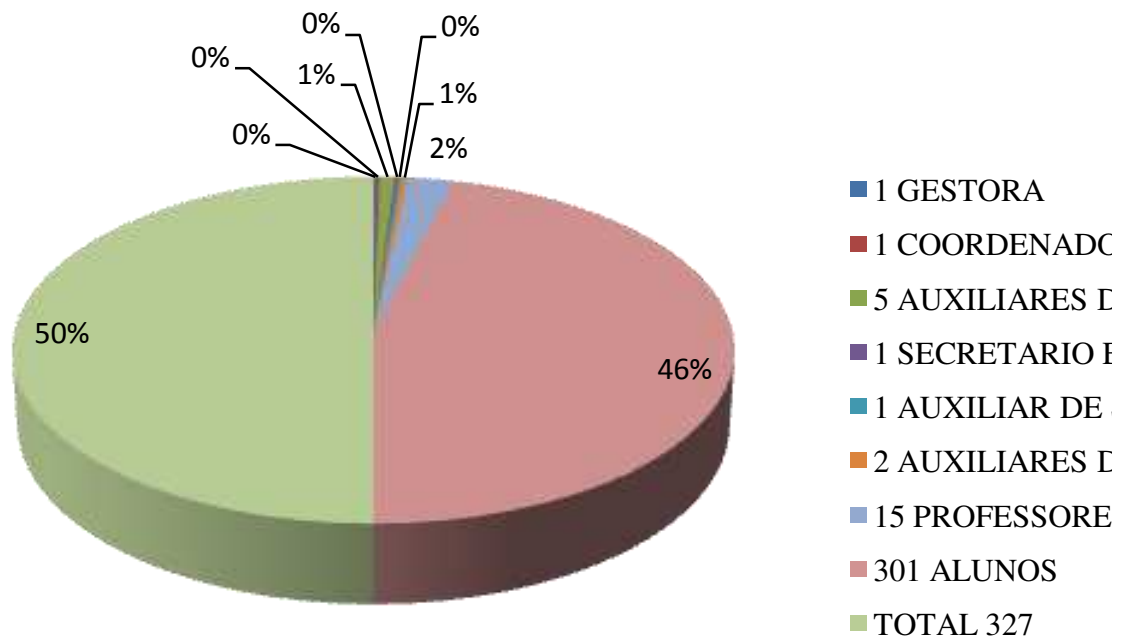
Solicitar do professor a sua participação é requerer nada mais que a possibilidade de dar autonomia pedagógica assinalada na interpretação do que seja democrática. Ou seja: compreender processo do ensino como dialógico sendo necessária a intervenção da gestão se houver necessidade, bem como solicitar da gestão apoio em atividades pedagógicas que requirem um segundo olhar com a finalidade de atender melhor o aluno em sua estadia na escola e na compreensão da escola como espaço democrático.

3 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Irineu Severo de Macedo foi construída na década de 1950, mais especificamente no ano de 1951 recebe esse nome em homenagem ao Sr Irineu Severo de Macedo prefeito interino na época. Encontra-se vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Sumé, Município Paraibano, situada na Rua Antônio Pereira Baé, 138, Sumé/PB, atualmente tem em seu quadro funcional 15 (professores), sendo 13 (treze) da Educação Infantil ao 5º ano, 2 (dois) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e duas auxiliares de sala com uma gestora, um coordenador, um secretário, uma auxiliar de secretaria, 5 (cinco) auxiliares de serviço, uma no portão, três na cozinha e uma merendeira, totalizando 26 funcionários.

Quanto aos discentes temos o total de 271 estudantes no ensino fundamental, 153 no período matutino, 118 no período vespertino e 30 estudantes da EJA no período noturno, totalizando 301 estudantes na Unidade de Ensino. Conforme ilustra o gráfico 1 abaixo:

GRÁFICO 1 - TOTAL GERAL DE FUNCIONÁRIOS E ALUNOS



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2017).

Nos aspectos físicos temos as seguintes acomodações:

- 08 Salas de aula;
- 01 Sala da direção;
- 01 Laboratório de informática;
- 01 Banheiro individual destinado aos professores e demais funcionários;
- 02 Banheiros de uso coletivo, sendo 1 masculino e 1 feminino.
- 01 Cozinha com dispensa;
- 01 Almojarifado.

No que se refere às modalidades de ensino ofertadas temos:

- Educação infantil ao 5º ano.
- Educação de Jovens e adultos.

Para a presente pesquisa consultamos cerca de 1/3 da quantidade professores sendo a realidade que usaremos na análise dos dados aqui explicitados. Assim podemos perceber que o foco da pesquisa restringiu-se a um público de um turno específico, o turno da ???

4 CONSELHO ESCOLAR

Numa gestão democrática tradicionalmente a função do conselho escolar está acima de todos os gestores, ou seja: é a instância máxima que regula a vida e as decisões a partir da interpretação das leis, do regimento escolar e do projeto político pedagógico dessa instituição.

Passamos a enfatizar agora o papel dos conselhos escolares e suas participações na gestão democrática incluindo o aspecto financeiro sendo conquistas recente, porém, a intervenção dos conselhos na gestão de poder é uma experiência que remonta ao século XIX com a primeira gestão do proletariado (OLIVEIRA, 2009).

Em nossa realidade brasileira a modalidade conselhos como intervenção de grupos sociais organizados na gestão política do poder deu-se com conselhos comunitários no final do século XX. A lógica que permeava essas organizações dos conselhos estava vinculada à concepção patrimonialista de Estado predominante no Brasil até os anos 1980, quando os conselhos, oriundos das experiências democráticas populares lançaram a lógica concebida como orçamento participativo.

Tal como assinalado acima, percebe-se que os conselhos cumprem a função de auxiliar e orientar a gestão sendo, portanto parte da mesma e orientadora nas tomadas de decisão, e/ou ainda o elemento questionador de algum aspecto que não foi bem explicitado ou devidamente articulado na hora da decisão. Para entender as especificidades das funções podemos nomear da seguinte maneira as funções do conselho:

Função consultiva: ocorre quando o conselho é consultado em relação a problemas das ações pedagógicas, administrativas e financeiras. Sua função é sugerir soluções à direção da unidade escolar.

Função deliberativa: decide sobre assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros. Quando essa ação é solicitada o conselho ganha mais força de atuação e poder na escola.

Função normativa: Estabelece normas criadas a partir da interpretação da legislação sobre educação bem como a partir da análise da cultura local; interage com a parte pedagógica sobre o desempenho satisfatório das ações nessa área. A função normativa no que se refere ao aspecto administrativo; realiza o acompanhamento do desempenho profissional. E na questão financeira atribui e direciona o entendimento das decisões sobre as verbas vindas para unidade de caixa escola.

Função avaliativa: Refere-se ao acompanhamento sistemático e ao controle das ações pedagógicas, administrativa e financeiras da escola, para identificar e propor soluções.

Na Escola Municipal Irineu Severo de Macedo, no entanto não encontramos uma participação da comunidade escolar no que se refere a presença dos pais, de modo que a participação dos mesmos se dá juntamente com os outros membros da comunidade somente no Conselho Escolar, sobre esse aspecto da organização encontramos um cronograma de atividades articuladas para o ano letivo de 2017, onde o conselho escolar é o responsável pelas atividades de consulta, deliberação, avaliação e normatização. No conselho escolar a instância máxima da representação da gestão democrática, a presença de todos garante a isonomia; ou seja da igualdade de todos perante a lei. No quadro abaixo temos as respectivas datas de reunião:

QUADRO 1 - Cronograma das reuniões do Conselho Escolar.

REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR 2017			
DATAS			
14	FEVEREIRO	01	AGOSTO
07	MARÇO	15	AGOSTO
21	MARÇO	29	AGOSTO
04	ABRIL	12	SETEMBRO
18	ABRIL	26	SETEMBRO
02	MAIO	10	OUTUBRO
16	MAIO	24	OUTUBRO
30	MAIO	07	NOVEMBRO
13	JUNHO	21	NOVEMBRO
18	JULHO	05	DEZEMBRO

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2017).

Para a execução e cumprimento do calendário acima a gestora realiza sempre que oportuno a comunicação e a fixação do edital de convocação, uma vez que a reunião do conselho precisa de notificação oficial para toda a comunidade escolar e seus membros, ou seja; os representantes de cada segmento que devem estar na reunião: quais são eles, pais, professores, alunos e funcionários, bem como a gestão que são membros natos sendo portanto

essa parcela da comunidade escolar que podem efetivamente decidir sobre os fatos pautados, tais como, a merenda escolar, transferência e remoção de alunos, transferência e desligamento da unidade escolar de professores e demais funcionários do quadro da escola.

Essas decisões sempre são tomadas com todos os participantes e quando possível em sua maioria com a presença da coordenação pedagógica.

5 COLEGIADO DE PAIS E PROFESSORES

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), sendo uma associação civil é uma entidade jurídica de direito privado, vinculada à escola, que funciona em prol dos que nele trabalham sem fins lucrativos, para a efetivação de uma gestão democrática participativa.

Uma associação ou colegiado de pais e mestres é formada por um número organizado de sócios, com a presença de pais, professores e demais funcionários que desejarem se tornar “sócios efetivos”; alunos e também ex-alunos, pais de ex-alunos, ex-professores e demais membros da comunidade interessados na problemática sócio-educacional.

A recepção é estendida a todos que, por aprovação da assembléia geral quando ocorre, forem considerados como prestadores de relevantes serviços à educação e à APMF (sócios honorários).

Em sua organização estrutural uma APMF é composta pela assembléia geral, pelo conselho deliberativo e fiscal e pela diretoria. “Seus objetivos compreendem a discussão e colaboração nas decisões sobre as ações para a assistência ao educando, para o aprimoramento do ensino e para a integração família-escola e comunidade; integração da comunidade no contexto escolar; representação dos reais interesses da comunidade e dos pais dos alunos junto à escola; contribuindo para a melhoria do ensino e para a adequação efetiva dos planos curriculares; e a promoção do entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade, através de atividades educacionais, culturais, sociais e esportivas” (VIVAN, 2008, P. 29).

Nesse sentido a associação de pais, mestres e funcionários, tem uma abrangência na sua atividade que engloba todos os aspectos formadores da unidade escolar, visando promover uma relação participativa nos aspectos relevantes descritos acima.

A APMF tem um lugar de suma importância na relação família/escola trazendo os pais “para dentro” da esfera escolar. Tendo o sentido de convidar a participação e assegurar a gestão democrática, integrando as famílias nos processos de tomada de decisões na comunidade escolar.

Com essas definições e expectativas espera-se da APMF um papel de integração bem definido, no que se refere a ser um dos órgãos de extrema importância para que uma gestão escolar de fato possa assegurar a legitimidade da democracia no que se refere à escola.

6 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foram utilizados métodos de pesquisa científica embasados em autores que tratam do tema, para tanto, quanto aos meios, a pesquisa constituiu-se de base bibliográfica e empírica. A pesquisa bibliográfica teve como base o estudo de livros e artigos científicos visando à fundamentação teórico-metodológica da pesquisa. A pesquisa de cunho empírico voltou-se à investigação do problema em uma escola pública municipal, utilizando-se como instrumento para a coleta de dados questionários sobre o tema da gestão democrática sendo investigada em uma pesquisa de campo.

Trata-se, portanto, de um estudo exploratório, que nas palavras de Santos (2002, p. 26): “explorar é tipicamente a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno” e descritivo, que ainda segundo Santos (2002, p. 26) “descrever um fato ou fenômeno é interesse de quem já teve uma primeira aproximação, isto é, já fez uma pesquisa exploratória”. Portanto, a mesma visa à compreensão da gestão escolar democrática e participativa de uma escola pública do município de Sumé-PB, buscando compreender questões como: autonomia, liberdade de ação, dentre outras características que possam apontar a existência de uma gestão democrática.

A abordagem qualitativa escolhida como forma de pesquisa, tem a sua justificativa no fato de que a mesma propicia a resposta a questões definidas, particularizadas, uma vez que esse tipo de abordagem permite-nos compreender os fenômenos sociais a partir da ampliação do olhar para além dos dados imediatos, já que busca a sua compreensão situando-a no contexto social mais amplo. A presente pesquisa foi desenvolvida junto a uma escola da rede pública de ensino municipal da cidade de Sumé-PB e foi realizada com três segmentos: a gestora, docentes e alunos os quais responderam a questionários composto por questões relativas à participação democrática no que se refere à implantação da gestão democrática na escola, bem como se este modelo de gestão atende de fato aos sujeitos envolvidos no processo; aos alunos, aos pais e demais participantes da vida escolar.

O objetivo foi o de levantar subsídios para entender como se dá essa forma de gestão na referida escola e ao todo 47 sujeitos responderam ao questionário. No que se refere aos questionários foram elaboradas questões voltadas a cada segmento e as respostas foram feitas de forma direta sendo que por vezes poderiam ter de duas até três opções.

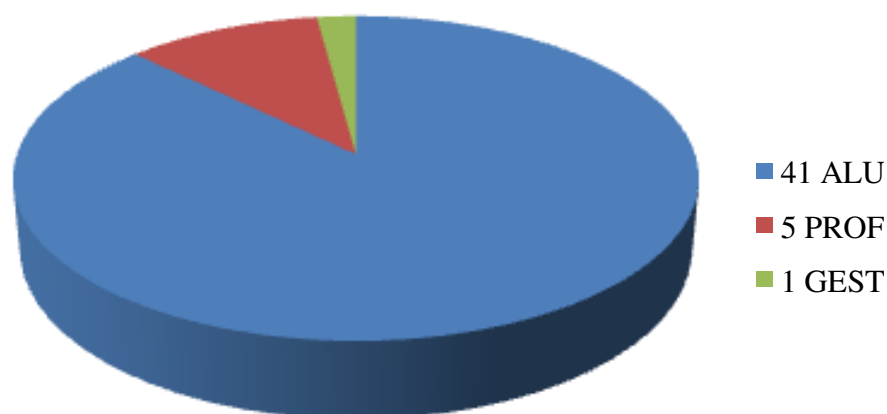
Com relação à elaboração dos questionários partimos de algumas questões tidas como básica e específicas para definir o foco da questão, ou seja: há ou não gestão democrática. Da

consequente pesquisa no total resultaram três questionários que foram aplicados à gestão na pessoa da gestora, professores e alunos. O passo seguinte foi a aplicação dos mesmos através de contatos verbais com os representantes de cada segmento, com idas as salas de aula e do professores bem como da gestão. A escolha dos professores se deu de forma aleatória, ou seja; não definimos um perfil desejado, ao contrario contamos com a presença disponível no momento da pesquisa. Respeitando sempre a questão da disponibilidade dos mesmos quando da visita na escola onde nesse período transcorrido entre fevereiro, março e abril de 2017 ocorreram várias paradas nacionais e adesão a uma greve de varias categorias dentre elas os professores.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultado obtivemos algumas constatações relativas às questões feitas com os professores, alunos e a gestora em exercício em seguida passaram a identificar alguns pontos relevantes no que se refere a nossa discussão. Convém salientar que nossa pesquisa fez um recorte sucinto, sem contudo deixar de lado o aspecto qualitativo mas, com isso não abrangemos toda a comunidade, a parcela de professores e alunos entrevistada dá uma nuance mais geral da interpretação dos dados a partir das respostas de algumas questões bem elaboradas e fechadas em seu foco, o que nos deu uma possibilidade de organizar melhor o resultado obtido, conforme gráfico 2 abaixo:

GRÁFICO 2 - TOTAL DE PARTICIPANTES DA PESQUISA



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2017).

Como proposta inicial na presente pesquisa nos colocamos a intenção de identificar o funcionamento da gestão e se, a partir da interpretação da LDB/1996 em seu artigo 14 bem como a luz de dados da legislação atual, a escola Municipal Irineu Severo de Macedo em Sumé/PB cumpre o que se espera de gestão democrática. Como iniciativa de análise qualitativa, ou seja; levamos em conta a partir dos dados obtidos o conceito de qualidade, uma vez que a amostragem de 47 pessoas nos deu uma noção um tanto que geral no que se refere ao conceito de democracia no ambiente institucional dessa referida escola.

Na percepção da atual gestão a resposta à pergunta de número 1, conforme dados da pesquisa e resultados em anexo, foi dada como participativo, ou seja; a gestão vê a si mesma como um gestão onde todos da comunidade escolar são convocados a participar das decisões.

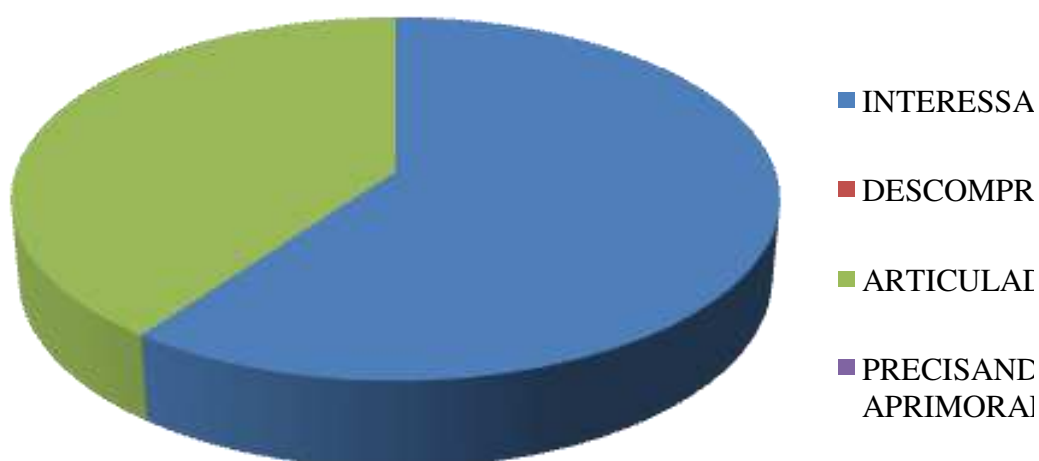
No que diz respeito à participação coletiva a opção “as vezes” foi a resposta quando se refere a permitir que os demais cooperem, dado este, obtido nessa resposta que se apresenta aparentemente contraditório em relação a pergunta anterior. Já na questão de número 3, a falta de colaboração tem sido um fator dificultador pelo fato de que a quantidade de pessoal é tida como suficiente para atender a demanda da comunidade escolar. Com essa perspectiva as atividades na escola seriam levadas a mais resultados se houvesse cooperação, no entanto, essa ausência de interesse participativo eleva a insatisfação da gestão no que se refere a atuação dos professores quanto ao fato de planejar em comum, elaborar atividades de campo e demais afazeres pedagógicos que requeiram planejar em comum.

A gestão entende como bem administrada a escola, a partir de uma visão de si mesmo; uma vez que presta conta das ações e dos projetos, no entanto a gestão percebe falta de interesse na participação dos pais, motivo este que talvez possa está a justificar a falta de uma agremiação de pais e mestres.

Quanto aos professores o anexo 2 que trata das questões feitas aos mesmos em sua primeira questão traz as informações de que: 3 professores dos 5 entrevistados consideram a gestão interessada e 2 professores consideram a opção articulada ou seja: interage na hora da tomada de decisões levando em conta o projeto de gestão existente na escola.

Conforme o gráfico 3 abaixo:

GRÁFICO 3 – COMO VOCÊ VÊ A GESTÃO DA ESCOLA?

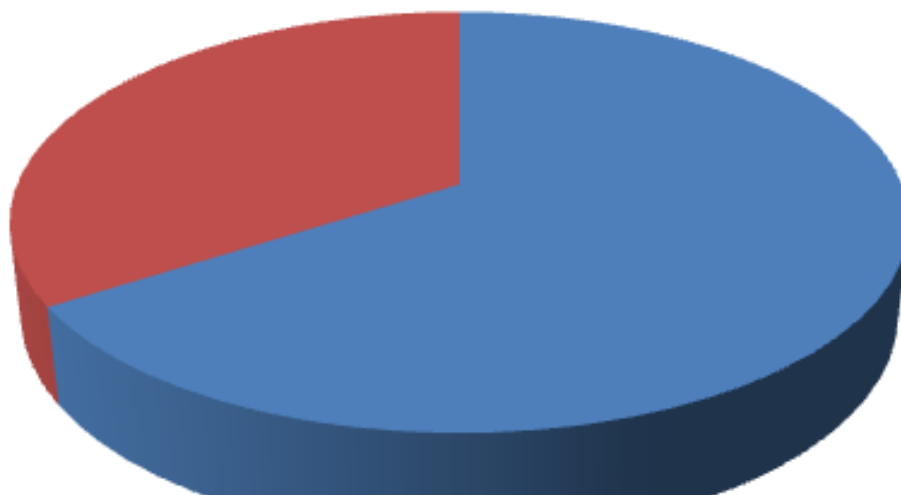


No total todos consideram como bem administrada a escola, vendo como participativa as decisões tomadas, e 3 professores sempre consideram sua participação sempre que solicitada ou necessária.

A maioria dos professores entende as reuniões como sendo a principal ferramenta de exercício democrático nas decisões e considerando uma resposta a questão de número 8 do anexo 2, a aula departamental foi vista como positiva e os momentos de lazer também como algo importante para o exercício democrático. Para finalizar a interpretação na percepção dos professores, 4 professores apontaram como responsável a administração da gestora e 1 a considerou interessada, de modo que nesse quesito da questão 9 do anexo 2 o resultado é tido como positivo por parte dos professores.

Em relação à questão de número 1 do anexo 3, onde aos alunos foram feitas apenas 4 questões a um total de 41 alunos, o total de 14 alunos respondeu como não ao fato de conhecer o conselho de classe, ou seja na prática na percepção dos mesmos, desconhecem a atuação de um conselho, e conseqüentemente a noção da necessidade do mesmo como sendo necessário a uma gestão democrática. Como podemos observar na proporção apresentado no gráfico 4 abaixo:

GRÁFICO 4 - NA SUA ESCOLA EXISTE CONSELHO DE CLASSE?



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2017).

Desses alunos, 18 no total consideram como eficiente a gestão, 8 alunos consideram satisfatória e 1 respondeu como desnecessária, nessa opção supõe-se não haver necessidade de alguém na gestão. Na questão de número 3, os alunos responderam sim ao fato de propor, realizar e criar atividades na escola, no geral consideram a administração como bem administrada.

Essa interpretação de que a escola encontra-se bem administrada decorre do fato de; nas questões que se referem a qualidades ou aspectos que podemos considerar como positivos, tais como a promoção de ações que justifiquem a participação de todos os membros ter sido um fator perceptível na resposta da maioria dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Isso evidencia que há iniciativas para manter a estrutura atual de organização proposta, mas, o fato de ao haver uma APMF, ou qualquer outro órgão que detenha a função semelhante denota que é preciso caminhar mais nesse sentido, visando o aprimoramento da gestão e certamente chamando a comunidade a participar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da democracia se apresenta como algo a ser implementado e revivido em suas mais íntimas compreensões, as ideias que se tem da mesma nem sempre são de fato pertinentes a uma prática democrática, quando pensamos em instâncias democráticas nem sempre sabemos quem tem o espírito democrático, ou seja; nem sempre os envolvidos desejam ou estão de fato envolvidos com a ideia de participação, é preciso portanto quebrar certas resistências, certos isolamentos nas formas de planejar, gerir e se relacionar. O ensejo da democracia desde as décadas de 1980 até nossos dias tem evidenciado que não só a América Latina como outros países que optam por regimes democráticos que esse é um regime que precisa constantemente de ser aprimorado.

No que se refere a gestão dos ambientes escolares a prática democrática advinda sobretudo com a interpretação da LDB/1996 em seus artigos 14 e também o 15 analisados na presente pesquisa denota uma ampla e necessária atuação de várias esferas sociais nos colegiado que representam o poder de decisão em nossas instituições escolares.

Nesse contexto bem específico nossos resultados apontaram que a realidade da Escola Municipal Irineu Severo tem sido uma tentativa bem esforçada de conseguir gerenciar os mecanismos da democracia nesse espaço. No entanto, algumas considerações bem pertinentes se fazem necessárias no que se refere a compreensão da própria gestora e dos alunos no que se refere a participação nas atividades da escola como premissa necessária ao bom funcionamento da escola e da ideia que se tem de um gerenciamento democrático de fato. Ou seja; o entendimento do conceito de democracia ainda precisa ser melhor entendido e vivenciado a partir de suas instancias e com a conseqüente expansão para a criação de outros espaços democráticos de discussão e deliberação democrática.

Se, por um lado a noção de democracia encontra-se comprometida, seja na percepção dos alunos e da gestora no que se refere ao interesse e a participação, supõe-se haver uma falta de compromisso com o modelo implementado. O que por sua vez justifica a necessidade do cuidado explicitado acima. Ou seja, nem sempre a democracia causa interesse pois, coloca em xeque a capacidade humana de querer isolar-se e fazer com que a participação em algo comum não tenha relevância no sentido mais geral.

Concluimos que a gestão tem se esforçado para garantir através de seu plano de ação a participação da comunidade, se esta ocorre com maior ou menor grau isto se deve a articulação pouca ou a quase ausência da mesma no que se refere a participação nas atividades

propostas. Uma vez que não há grêmio estudantil e uma associação que inclua os pais na esfera administrativa, fomentar o surgimento de tais agremiações seria certamente uma força motivadora de ações democráticas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2001-2010)**. Brasília: S.n, 2001.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**: atualizada até a Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

BANCO MUNDIAL. **Manual de Contabilidade**: relatórios financeiros e auditoria. Washington: Banco Mundial, 1995.

BRASIL. **LdB: Lei de diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96. 3.ed. Apresentação Esther Grossi, Rio de Janeiro: dP&A, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIOS DE EDUCAÇÃO. **Gestão em Rede**. Brasília: ConSed, nº 15, ago./set. 1999.

DRABACH, Neila Pedrotti. A construção política do princípio da gestão democrática na legislação educacional: marcas de um passado e de um presente. In: DO IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagoga. **Anais**. Outubro de 2009. PUCPR.

DOURADO, L. F. (org.). **Financiamento da educação básica**. Campinas: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999. (Col. Polêmicas do nosso Tempo, v. 69).

MACHADO, Edilene Vieira. **A formação do sujeito como ser de relações**. Notando Libro 12: FEVSP / III – Universidade do Porto, 2009.

SANTOS, Raimundo Antônio dos. **Metodologia Científica** – a construção do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública**. 9.ed. Campinas: Papyrus, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

VIVAN, Dirceu. **A gestão escolar na educação democrática:** construção participativa da qualidade educacional centro de estudos sociais aplicados especialização em formulação e gestão de políticas públicas. Universidade Estadual de Londrina - Londrina. 2008.

APÊNDICE A –FOTOS DA ESCOLA



Fonte: fotografias tiradas pela pesquisadora (2017).



Fonte: fotografias tiradas pela pesquisadora (2017).



Fonte: fotografias tiradas pela pesquisadora (2017).



Fonte: fotografias tiradas pela pesquisadora (2017).



Fonte: fotografias tiradas pela pesquisadora (2017).



Fonte: fotografias tiradas pela pesquisadora (2017).



Fonte: fotografias tiradas pela pesquisadora (2017).



Fonte: fotografias tiradas pela pesquisadora (2017)

APÊNDICE B - RESULTADOS DA ENTREVISTA COM A GESTORA

QUESTÃO 1

Qual é o seu estilo de gestão?

Consultivo	Colaborativo	Participativo
		1

QUESTÃO 2

Você oportuniza a participação coletiva na administração da escola?

SIM	NÃO	AS VEZES
		1

QUESTÃO 3

Quais as dificuldades encontradas no exercício do cargo?

COLABORAÇÃO	FALTA DE PESSOAL
1	

QUESTÃO 4

Você acha que a sua escola está sendo bem administrada?

SIM	NÃO	EM PARTE
1		

QUESTÃO 5

A direção presta contas à comunidade escolar, apresentando regularmente o orçamento da escola e seus gastos?

SEMPRE	OCASIONALMENTE	QUANDO NECESSÁRIO
1		

QUESTÃO 6

Os pais participam de associações de apoio à escola, tais como associações de pais e mestres ou outras?

SIM	NÃO HÁ INTERESSE	NEM SEMPRE
	1	

QUESTÃO 7

Existem espaços onde todos (alunos, diretor, professores, funcionários, pais, mães e outras pessoas da comunidade) possam discutir e negociar encaminhamentos relativos ao andamento da escola?

SIM	NÃO
1	

QUESTÃO 8

A direção consegue informar toda a comunidade escolar sobre os principais acontecimentos da escola?

SIM	NÃO	OCASIONALMENTE
1		

APÊNDICE C - RESULTADOS DA ENTREVISTA COM PROFESORES

QUESTÃO 1

Como você vê a gestão da escola?

Interessada	Descompromissada	Articulada	Precisando Aprimorar-se
3		2	

QUESTÃO 2

Você acha que a sua escola está sendo bem administrada?

SIM	NÃO
5	

QUESTÃO 3

Você vê como positiva a gestão de materiais pedagógicos (compra e disponibilidade)?

SIM	NÃO	AS VEZES
5		

QUESTÃO 4

Você participa da administração da escola?

SEMPRE	OCASIONALMENTE	NUNCA
3	1	1

QUESTÃO 5

Você deseja participar na administração da escola?

SIM	NÃO
3	2

QUESTÃO 6

Qual o estilo de gestão da direção escolar?

INTERESSADO	PARTICIPATIVO	DESCOMPROMISSADA
	5	

QUESTÃO 7

Os professores ouvem e consideram opiniões e sugestões dos alunos para planejar suas aulas?

SIM	NÃO	AS VEZES
2		3

QUESTÃO 8

De que forma a escola pode desenvolver ações que caracterizem uma gestão democrática?

REUNIÕES	MOMENTOS DE LAZER E ATIVIDADES	VISITAS A ESCOLA	OUTROS
3	1		1 -AULA DEPARTAMENTAL

QUESTÃO 9

Qual a situação atual da equipe gestora e docente frente à perspectiva democrática?

INTERESSADA	RESPONSÁVEL	PRECISA APRIMORAR-SE	OUTROS
1	4		

APÊNDICE D - RESULTADOS DA ENTREVISTA COM ALUNOS

QUESTÃO 1

Na sua escola existe conselho de classe?

SIM	NÃO
27	14

QUESTÃO 2

Como tem sido a atuação?

EFICIENTE	SATISFATORIA	DESNECESSÁRIA
18	8	1

QUESTÃO 3

Vocês têm oportunidade de propor, criar e realizar atividades na sala de aula e na escola como um todo?

SIM	NÃO	AS VEZES
27	5	9

QUESTÃO 4

Você acha que a sua escola está sendo bem administrada?

SIM	NÃO
36	5

APÊNDICE E -**QUADRO 1** Cronograma das reuniões do Conselho Escolar.

REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR 2017			
DATAS			
14	FEVEREIRO	01	AGOSTO
07	MARÇO	15	AGOSTO
21	MARÇO	29	AGOSTO
04	ABRIL	12	SETEMBRO
18	ABRIL	26	SETEMBRO
02	MAIO	10	OUTUBRO
16	MAIO	24	OUTUBRO
30	MAIO	07	NOVEMBRO
13	JUNHO	21	NOVEMBRO
18	JULHO	05	DEZEMBRO

APÊNDICE F

GRÁFICO 1 TOTAL GERAL DE FUNCIONÁRIOS E ALUNOS

TOTAL GERAL DE FUNCIONÁRIOS E ALUNOS

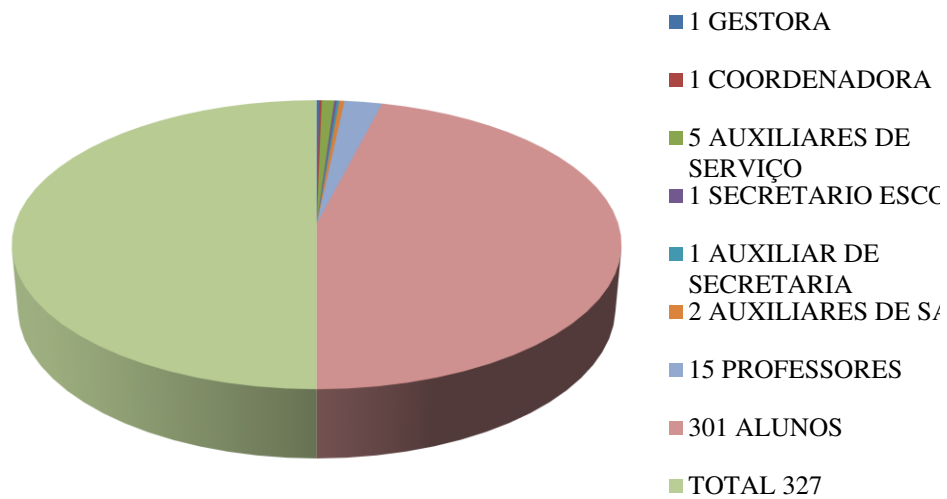


GRÁFICO 2

TOTAL DE PARTICIPANTES DA PESQUISA

TOTAL DE PARTICIPANTES DA PESQUISA

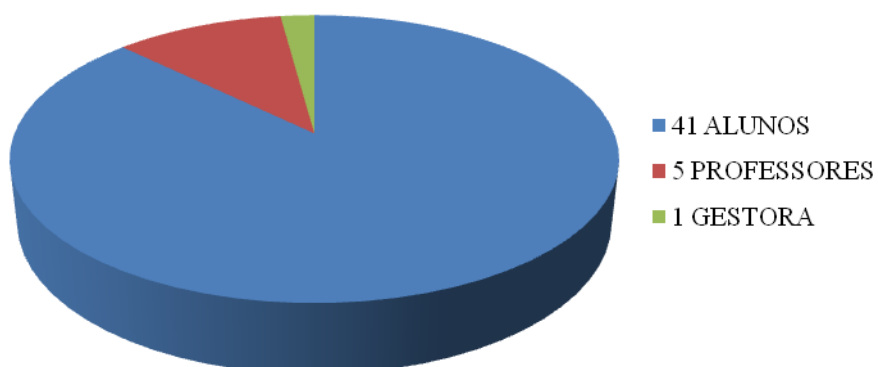


GRÁFICO 3

COMO VOCÊ VÊ A GESTÃO DA ESCOLA?

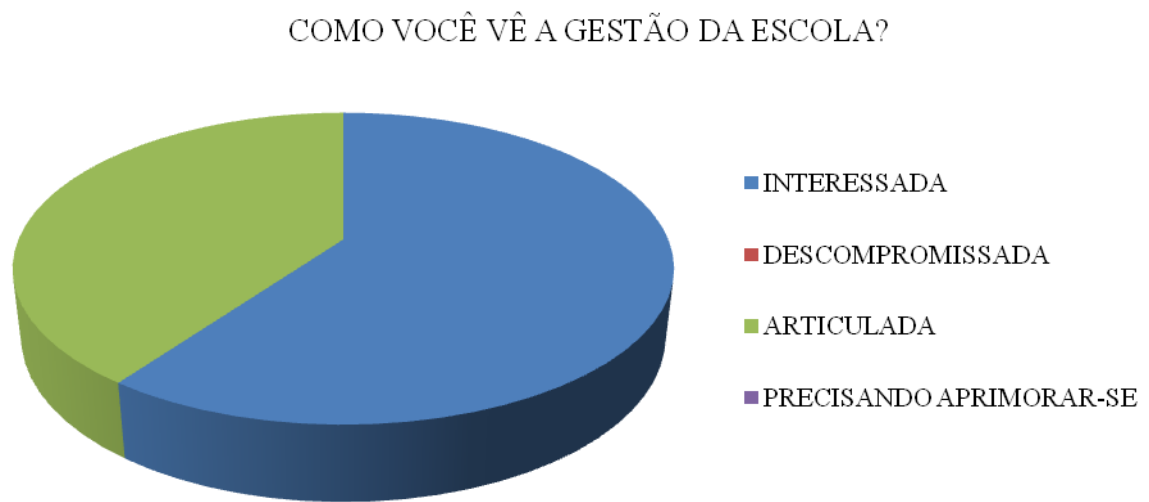


GRÁFICO 4

NA SUA ESCOLA EXISTE CONSELHO DE CLASSE?

